

Juliana Ruthes de Mattos

**PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE RURAL POR MEIO DO
CREDITO RURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO -
SC**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Professor orientador: Antonio Domingos Padula
Tutora orientadora: Daiane Mülling Neutzling

Porto Alegre
2011

Juliana Ruthes de Mattos

**PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE RURAL POR MEIO DO
CREDITO RURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO -
SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em 19 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Rosinha Carrion

Prof [Luis A. Slongo](#)

DEDICATÓRIA

Foram muitos momentos de ausência para dedicar-se a este trabalho, que agora consagro a todos aqueles que souberam compreender e me apoiaram para progredir nos estudos, de forma especial para meu marido Guilherme, meus pais Judith e Pedro e meu irmão Evandro, que com muito carinho e amor foram alavancas para a conclusão desse trabalho, sem vocês nenhum esforço seria válido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por este trabalho e por tudo o que já concedeu em minha vida, afinal, Deus sem mim continuaria sendo Deus, mas eu sem Deus não seria nada.

Agradeço ao meu marido pelo incentivo e companheirismo imprescindíveis ao longo desse trabalho.

Aos meus pais por sempre estarem do meu lado me apoiando incondicionalmente.

Agradeço ao professor orientador Antonio Domingos e a tutora Daiane que foram fundamentais para a condução e conclusão desse trabalho.

A todos os meus amigos, principalmente aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Agradeço ao Banco do Brasil S.A. pela concessão da Bolsa de Estudo.

RESUMO

O agricultor atualmente precisa de alta produtividade em pequeno espaço de tempo, com risco climático e de preço controlado, tudo de forma sustentável. Para tanto é necessário investimento financeiro na atividade para garantir a produtividade e rentabilidade. No estado de Santa Catarina a maioria dos estabelecimentos agropecuários são pequenas propriedades rurais exploradas por grupos familiares, característica presente no município de Monte Castelo, localizado no Planalto Norte deste Estado. Neste município está sendo implementado o programa de desenvolvimento sustentável com a prática da fruticultura, através da conexão de diversos agentes sociais, econômicos e políticos, estimulados por uma instituição financeira. Assim, o objetivo foi **analisar essa implementação do programa de sustentabilidade rural através da concessão de crédito rural para agricultores familiares no município de Monte Castelo-SC**. Para tanto o crédito rural foi analisado de forma histórica até os dias atuais. Abordou-se também as linhas de crédito atualmente disponíveis, a agricultura familiar catarinense e a influência do crédito rural na agricultura familiar do estado de Santa Catarina. Estudou-se o crédito rural como facilitador de programa de sustentabilidade rural advindo de instituição financeira e o próprio programa de sustentabilidade desenvolvido em Monte Castelo-SC. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevistas pessoais feitas com representantes das entidades do setor que atuam no programa de sustentabilidade, por exemplo, representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI), da Cooperativa dos fruticultores do Planalto Norte Catarinense, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e agricultores de grupos familiares beneficiados com o programa.. Constatou-se a dependência dos beneficiários ao crédito rural principalmente pelo fato da implantação do pomar ter alto custo e a produção ser menor nos primeiros anos. O custo de produção também é alto, assim, o crédito rural para custeio com taxa de juros atrativas é importante para o sucesso da atividade.

Palavras-chave: Crédito rural, pequena propriedade rural, agricultura familiar rural, desenvolvimento sustentável, responsabilidade sócio-ambiental, agronegócio.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Fontes de recursos do Crédito Rural	17
Tabela 2 -Limites para financiamentos com recursos controlados.....	18
Tabela 03 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar em Santa Catarina.....	20
Tabela 04 – Quantidade de contratos e valores destinados a agricultura familiar em Santa Catarina.....	22
Tabela 05 – Abrangência dos programas de sustentabilidade rural.....	26
Tabela 06: Abrangência dos programas de sustentabilidade rural no estado de Santa Catarina.....	26
Tabela 07 – Identificação dos beneficiários entrevistados.....	30
Tabela 08: Princípios para a escolha da atividade de sustentabilidade rural.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COOPERPOMARES – Cooperativa dos fruticultores do Planalto Norte Catarinense

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PIM – Produção Integrado de Maça

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 JUSTIFICATIVA	12
4 REVISÃO DA LITERATURA	14
4.1 CRÉDITO RURAL	14
4.2 AS LINHAS DE CREDITO RURAL EXISTENTES ATUALMENTE.....	17
4.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA	20
4.4 O CREDITO RURAL EM SANTA CATARINA E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR	22
4.5 O CRÉDITO RURAL COMO FACILITADOR DE PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE ADVINDO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA AGRICULTURA FAMILIAR	23
4.6 O PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL	25
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
5.1 NATUREZA DA PESQUISA, TIPO E MÉTODO DE ABORDAGEM.....	28
5.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS E ATORES ENVOLVIDOS	29
6 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	32
6.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO	32
6.2 A ESCOLHA DA ATIVIDADE E A ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	34
6.3 A INFLUENCIA DO CRÉDITO RURAL NO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL.....	36
6.4 A RELAÇÃO DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE COM AS QUESTÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONOMICAS	38
6.5 PERCEPÇÕES FINAIS DOS BENEFICIÁRIOS	42
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICES	55

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio vem aumentando consideravelmente sua importância na economia brasileira principalmente por estimular o crescimento de outras áreas como o comércio e a indústria. Atualmente, observa-se que o Brasil se tornou referência mundial em vários segmentos da atividade agropecuária como por exemplo, soja, suco de laranja, café, açúcar, carne bovina e de frango.

Os últimos anos foram marcados por um aumento da produtividade no meio rural brasileiro, resultado de muito investimento no setor com conseqüente modernização e profissionalização. No desenvolvimento do setor agrícola importante relevância tem tido o crédito rural, mecanismo utilizado pelo Governo Federal através de instituições financeiras para financiar o custeio da produção e da comercialização dos produtos agropecuários e estimular os investimentos rurais, abrangendo armazenamento, beneficiamento e industrialização de seus produtos. Essa aplicação de crédito no agronegócio acaba gerando mais riqueza para o país, mais empregos, utilização de novas tecnologias e melhores condições tanto para o pequeno produtor, quanto para o médio e grande.

A maior parte das propriedades rurais no Brasil pertence a grupos familiares, segundo Portugal (2004) “4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes”. Este mesmo autor afirma ainda que “a melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por conseqüência nas grandes metrópoles”.

Para a agricultura familiar o crédito rural tem muita importância dado que possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) “financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011). O Programa disponibiliza várias linhas de crédito de acordo com a necessidade do produtor. Segundo Oliveira (2004) novas linhas também foram criadas como, por exemplo, as destinadas à mulheres agricultoras e a jovens rurais, indicando que a política governamental está sintonizada com as mudanças nos núcleos de produção familiar.

Além das políticas tradicionais de desenvolvimento do setor agrícola familiar, ultimamente o Governo Federal tem estimulado suas instituições a desenvolver programas de sustentabilidade no meio rural familiar.

Um destes projetos é o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), um programa desenvolvido por uma instituição financeira federal que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões beneficiadas pelo projeto por meio da mobilização de diversos agentes sendo econômicos, sociais e políticos, para dar apoio a atividades produtivas que possam se configurar em economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Tratando-se da agricultura familiar ainda, o estado de Santa Catarina possui um elevado percentual de agricultores classificados de familiares com uma estimativa de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural do estado (CEPA 2011). Para estes produtores, o sistema de crédito rural pode influenciar enormemente na sobrevivência de suas propriedades, dado os benefícios que são gerados por meio dele. Além disso, com a emergência destes programas de sustentabilidade fazendo surgir novos propósitos das linhas de crédito os produtores se defrontam com novas possibilidades de incremento às suas rendas atuais, através da aderência a tais projetos.

Observando, portanto, a importância e influência que o crédito rural possui sobre os produtores agrícola familiares e as possibilidades de inserção à programas de desenvolvimento sustentável no campo nos municípios de Santa Catarina, é que surgiu a questão de pesquisa deste estudo, sendo ela: Como o crédito rural tem influenciado na implementação de programas de desenvolvimento regional sustentável e, desta forma, na geração de benefícios econômicos, ambientais e sociais para os agricultores familiares?

O crédito rural será abordado a partir de sua história até os dias atuais. Analisar-se-á os aspectos principais das linhas de crédito atualmente disponíveis, e como estas linhas possibilitam programas sustentabilidade advindos de instituições financeiras.

Considerando que os últimos anos foram marcados pelo desenvolvimento rural e principalmente da Agricultura familiar, pretende-se observar a implementação de programas de sustentabilidade rural analisando a importância do crédito rural neste contexto, os benefícios gerados para os agricultores, e as possíveis melhorias que ainda poderão ser alcançadas.

2 OBJETIVOS

Analisar a implementação de um programa de sustentabilidade rural através da concessão de crédito rural para agricultores familiares no município de Monte Castelo-SC.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar a implementação do programa de sustentabilidade rural no município de Monte Castelo;
 - Identificar como o crédito rural propiciou a integração dos produtores no programa de sustentabilidade rural;
 - Identificar quais as vantagens conquistadas pelo programa no desenvolvimento econômico, ambiental e social dos agricultores do município.
- .

3 JUSTIFICATIVA

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo grande importância no crescimento do país. Conforme afirma Portugal a agricultura familiar “tem um papel crucial na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes” (PORTUGAL 2011). Segundo o autor os agricultores familiares são responsáveis por aquecer a economia das pequenas cidades brasileiras, gerando, de forma indireta, inúmeros empregos no comércio e nos serviços (PORTUGAL 2011).

Entretanto, para o agricultor ter um bom retorno financeiro na agricultura, é necessário que se conquiste alta produtividade em pouco espaço, se minimize riscos climáticos e de preço, tudo de forma sustentável. A agricultura demanda condições diferenciadas de crédito devido ao seu ciclo produtivo e das características próprias do produto final como sazonalidade e perecibilidade.

Segundo Portugal a agricultura familiar “detêm 20% das terras e responde por 30% da produção global” (PORTUGAL 2011). Para financiar este segmento tem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que “financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO 2011).

Atualmente há muita preocupação com os recursos naturais, principalmente porque se a perda da biodiversidade se manter nos altos níveis de hoje a vida no Planeta Terra está seriamente comprometida. Segundo WWF (2011) “desde 1999, a média de consumo por pessoa no mundo é de 2.2 hectares, cerca de 25% a mais do que o planeta pode suporta”.

Por isso, hoje em dia, têm-se discutido muito sobre a responsabilidade sócio-ambiental das empresas, principalmente porque estas concentram grande parte do poderio econômico e de onde se originam muitas das iniciativas para transformação de uma sociedade sustentável. Com isso, as instituições financeiras estão sendo estimuladas a implantar novas formas de estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades economicamente viáveis, socialmente sustentáveis e ambientalmente corretas. Um exemplo é o programa de sustentabilidade rural de uma instituição financeira que visa estimular o desenvolvimento das regiões envolvidas, apoiando atividades produtivas, economicamente viáveis, socialmente

justas e ambientalmente corretas, mobilizando parceiros como empresas de assistência técnica, universidades, sindicatos e cooperativas, sempre respeitando a diversidade cultural.

O município de Monte Castelo, situado no Planalto Norte do Estado de Santa Catarina está entre os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado (AMPLA, 2011). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em conta três componentes: a longevidade, a educação e o poder de compra. Para o cálculo da longevidade o indicador analisa a expectativa de vida ao nascer, já para o componente educação é analisado a taxa de analfabetismo e as matrículas nos níveis de ensino. Em relação ao poder de compra, a análise é realizada na renda mensurada pelo PIB per capita em dólar, para evitar equívocos originados devido a diferença de custo de vida entre os países. Para uma correta análise do índice é importante **con**Observe-se que o índice varia de zero a um. (PNUD, 2011)

Neste município está se desenvolvendo um programa de sustentabilidade rural da fruticultura. A renda do município é predominantemente agrícola, sendo que em sua maioria são produtores rurais proprietários de pequenas áreas de terra cultivadas pela própria família em caráter de subsistência. Por isso, através do programa de sustentabilidade rural busca-se desenvolver o cultivo de frutas como uma alternativa de renda para os produtores rurais. Assim, o presente trabalho tem o propósito de analisar a influência que o crédito rural no programa de Desenvolvimento Regional Sustentável de Monte Castelo – SC.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura realizada neste artigo trata, no primeiro item, do crédito rural. No item posterior trata das linhas de crédito rural existentes atualmente. No próximo item estuda-se o crédito rural como facilitador de programas de sustentabilidade advindo de instituições financeiras. Por fim, o último item trata da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina com um foco específico no crédito rural de Monte Castelo e a influência sobre a implementação de um programa de sustentabilidade rural no desenvolvimento econômico, ambiental e social dos agricultores familiares.

4.1 CRÉDITO RURAL

No início “dos tempos” a necessidade de alimentação do homem era suprida pelos frutos colhidos e pela carne das caçadas. Entretanto, com o passar do tempo, o homem evoluiu e suas necessidades também. A população aumentou juntamente com a precisão de alimentos e o homem começou a desenvolver técnicas que facilitarão a produção e colheita dos frutos. A atividade primária é a fonte para os demais setores como a indústria que irá fornecer alimentos, tecidos, móveis, remédios que será base para as atividades de comércio e o setor de serviços. Contudo, para suprir toda a demanda de matéria prima que o mercado carece atualmente, foi necessário investir em técnicas, insumos e maquinários que fez surgir a necessidade de crédito rural.

A primeira experiência de crédito rural no Brasil, conforme consta em Relatório de Pesquisa Institucional do Banco Central do Brasil (1969) apud Nobrega (1985) “[...]data do período colonial. Mauricio de Nassau, à frente da Companhia das Índias Ocidentais, realizava operações de financiamento em favor dos proprietários de engenhos de açúcar de Pernambuco, para compra de escravos, máquinas e ferramentas”.

Na época do Império, foi criada lei que regulamentou o penhor agrícola, que facilitou os empréstimos aos agricultores através dos bancos privados. Porém, segundo Brito(2011),o crédito rural tem sua política agrícola institucionalizada definitivamente em 1965, com a promulgação da Lei nº 4.829, que tornou-se uma das principais diretrizes da política agrícola nacional.

Segundo BACHA (2006) *apud* Carvalho (2008, p. 16):

“Depois de um longo período de abundância de recursos a juros subsidiados, na década de 1980 a agricultura passou a enfrentar restrições de crédito, até porque a crise fiscal impossibilitou o governo de sustentar a política na mesma intensidade da década anterior. A tendência decrescente se prolongou até 1996, quando o crédito rural atingiu o menor volume de recursos desde a década de 1970. Entre 1994 e 1996, o crédito rural teve redução real de 62 %, passando de R\$ 43 bilhões para R\$ 16 bilhões, a preço de 2006. A partir daí, os recursos mostraram crescimento real em quase todos os anos, com exceção de 1999, quando houve redução de 4,9 % em relação ao ano anterior, e de 2005, ano em que a redução foi de 2,1 % e o volume de recursos praticamente voltou ao nível do observado em 1994”.

A partir de então, o crédito agrícola sofreu muitas mudanças, contínuas e sempre criticadas principalmente nos últimos anos, onde agricultores formaram sindicatos e conselhos de representatividade junto ao Governo Federal, principal financiador desses recursos. O Banco do Brasil tornou-se o principal agente financeiro do Governo, procurando ampliar sua atuação em todo o setor de agronegócios. O agronegócio (somatório das cadeias produtivas de todos os produtos de origem agrícola, pecuária, florestal e de extrativismo vegetal) firmou-se nos últimos anos como uma das principais competências nacionais, respondendo por aproximadamente um terço do produto interno bruto (Instituição Financeira Estudada, 2011).

Para chegar a números tão expressivos foram necessárias algumas décadas de muitos contrastes na agricultura e no crédito agrícola. Foram períodos que o Governo utilizou da agricultura para manter a economia sobre controle, pelo fato de nosso país ser essencialmente agrícola.

Segundo Montebello (2008) o agricultor tem hoje um grande desafio, pois precisa alcançar alta produtividade de qualidade para ser competitivo nesse mercado. Para tanto é necessário investimento em tecnologia, máquinas, implementos e insumos. Tudo isso tem levado os agricultores a buscarem o crédito agrícola como fonte de recursos, quer para custear suas lavouras quer para novos investimentos em máquinas e tecnologias necessárias para essa adequação (Instituição Financeira Estudada, 2011).

Recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização são abrangidos pelo crédito rural, que tem suas regras, finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Neste aspecto, o governo Federal tem alocado cada vez mais recursos para o crédito rural. Essa afirmação torna-se mais evidente quando se analisa os objetivos do crédito rural determinados no Manual de Crédito Rural (BCB, 2011):

- estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas;
- favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- fortalecer o setor rural;
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais;
- propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;
- desenvolver atividades florestais e pesqueiras;
- estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar.

As linhas de custeio financiam “despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, de exploração pecuária, de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários” (BCB, 2011). Já as linhas de investimento permitem a aquisição dos bens ou à realização de serviços que durem mais de um ciclo produtivo, incluindo investimentos fixos (Plantio de Pomares, poços artesianos) e semifixos (máquinas e equipamentos).

Atualmente são disponibilizadas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização conforme veremos a seguir.

4.2 AS LINHAS DE CREDITO RURAL EXISTENTES ATUALMENTE

A política de atuação do Governo Federal no âmbito rural divide-se em duas vertentes: a primeira direcionada para a agricultura familiar e os programas de reforma agrária e a segunda para a agricultura empresarial.

A agricultura familiar, conforme Portugal (2004) é “constituída por pequenos e médios produtores e representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil”. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - “financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

Por outro lado, a agricultura empresarial é aquela feita de forma profissional, ou, como o próprio nome sugere, o agricultor age como um empresário, utilizando tecnologia de ponta e profissionais capacitados.

No Plano de Safra o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apresenta as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados á agropecuária.

As fontes de recursos do Crédito Rural são classificadas conforme sua origem, de acordo com a Tabela 01 (BCB- 2011):

Tabela 01 – Fontes de recursos do Crédito Rural

Recursos controlados:	Não controlados:
a)os recursos obrigatórios (decorrentes da exigibilidade de depósito à vista); b)os oriundos do Tesouro Nacional; c)os subvencionados pela União sob a forma de equalização de encargos (diferença de encargos financeiros entre os custos de captação da instituição financeira e os praticados nas operações de financiamento rural, pagos pelo Tesouro Nacional); d)os oriundos da poupança rural, quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios.	Todos os demais

Fonte: BCB, 2011.

Os limites para financiamentos com recursos controlados para cada tomador, não-cumulativo, em cada safra e em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural são os expressos na Tabela 02:

Tabela 2 -Limites para financiamentos com recursos controlados

Recursos controlados - Crédito de custeio	Recursos controlados - Empréstimos do Governo Federal (EGF)
a) R\$ 600 mil - para algodão, frutas ou milho, ou para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo; b) R\$ 450 mil - para amendoim ou café ou para lavouras não irrigadas de arroz, feijão, mandioca, soja, sorgo, ou trigo, sendo que, para o café, consideram-se neste limite os valores de financiamentos tomados pelo mutuário na mesma safra com recursos do Funcafé destinados a tratamentos culturais e colheita; c) R\$ 250 mil - para cana-de-açúcar, pecuária bovina e bubalina leiteira ou de corte, e para avicultura e suinocultura exploradas em sistemas que não o de parceria; d) R\$ 170 mil - quando destinado às outras operações de custeio agrícola ou pecuário.	a) R\$ 600 mil - para algodão, uva ou milho; b) R\$ 450 mil - para amendoim, arroz, café, feijão, mandioca, soja, sorgo ou trigo; c) R\$ 250 mil - para leite; d) R\$ 170 mil - quando destinados a outras operações de EGF.

Fonte: BCB (2011)

Em contrapartida, os financiamentos com recursos não controlados são pactuados livremente entre as partes.

Esses financiamentos são destinados ao custeio, investimento ou comercialização. Os financiamentos de custeio agropecuário ao amparo de recursos controlados do crédito rural são disciplinados pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central (BCB, 2011), com juros de 6,75% ao ano. O prazo máximo para custeio agrícola são 2 (dois) anos, para o pecuário 1 (um) ano e para beneficiamento ou industrialização 2 (dois) anos, sendo que o vencimento do crédito de custeio agrícola deve ser fixado por prazo não superior a 60 (sessenta) dias após o término da colheita (BCB, 2011), .

A concessão de financiamento para investimentos fixos ou semi fixos, ao amparo dos recursos controlados do crédito rural, está sujeita às condições gerais estabelecidas também pelo Manual de Crédito Rural (MCR 2011)

Segundo o manual fica determinado que são financiáveis os seguintes investimentos fixos:

- a) construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes;
- b) aquisição de máquinas e equipamentos de provável duração útil superior a 5 (cinco) anos;

- c) obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo;
- d) desmatamento, destoca, florestamento e reflorestamento;
- e) formação de lavouras permanentes;
- f) formação ou recuperação de pastagens;
- g) eletrificação e telefonia rural.

E os seguintes investimentos semifixos:

- a) aquisição de animais de pequeno, médio e grande porte, para criação, recriação, engorda ou serviço;
- b) instalações, máquinas e equipamentos de provável duração útil não superior a 5 (cinco) anos;
- c) aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações e aeronaves;
- d) aquisição de equipamentos empregados na medição de lavouras. Também são os financiáveis como veículos como caminhões (frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros), camionetas de cargas (excluídas as de cabine dupla) e motocicletas. Entretanto, as motocicletas devem ser apropriadas às necessidades rurais e técnica e economicamente recomendável para o pequeno ou médio produtor. Já para o financiamento de caminhões há necessidade de comprovação da possibilidade de seu pleno emprego nas atividades agropecuárias durante no mínimo cento e vinte dias por ano (MCR, 2011).

Por fim, tem-se o crédito de comercialização com desígnio de garantir ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado (MCR, 2011).

Além dessas linhas com propostas tradicionais cresceu a preocupação com o desenvolvimento sustentável, que é “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (WWF - BRASIL, 2011). Conforme afirmação de Lins e Wajenberg (2007, p.11)

Sem possuir qualquer tipo de atividade extrativista ou manufatureira, e sem fornecer serviços e produtos de impacto significativo direto ao meio ambiente, o setor financeiro não é considerado de alto impacto socioambiental.[...] No entanto, embora o setor não possua um alto impacto direto, seu impacto indireto, por meio de suas atividades de financiamento, é considerado e seu papel como agente estimulador do desenvolvimento sustentável vem ganhando crescente reconhecimento mundialmente.

Entretanto, as atividades socioambientais desenvolvidas pelos bancos trazem dois principais benefícios para as instituições financeiras: o primeiro é criar valor para seus acionistas e o segundo é o fortalecimento das comunidades envolvidas e de forma indireta de toda a região, trazendo ampliação da base de clientes possibilitando novos negócios com pessoas físicas, jurídicas e governo. Com isso, muitas instituições financeiras estão desenvolvendo estratégias e procedimentos para aperfeiçoar suas participações em atividades sustentáveis estimulando, por exemplo, o desenvolvimento rural sustentável ligado ao setor agrícola familiar. O item a seguir aborda uma contextualização sobre a agricultura familiar e posteriormente é realizada a discussão da influência do crédito rural ligado aos programas de sustentabilidade de instituições financeiras aplicadas a este segmento agrícola.

4.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A grande maioria dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, conforme observamos na Tabela 03, pertencem ao segmento familiar, entretanto, estes estabelecimentos representam apenas 44% da área de exploração agropecuária, menos que a metade, ou seja, 56% da área cultivada em Santa Catarina é explorada pela agricultura empresarial que representa 13% dos estabelecimentos, entretanto, os 44% restantes são explorados pela agricultura familiar representada por 87% dos estabelecimentos. Assim, observamos que quase 90% dos estabelecimentos agropecuários do Estado são compostos pela agricultura familiar ou pelo pequeno produtor rural.

Tabela 03 – Quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar em Santa Catarina

Tipo de agricultura	Estabelecimentos agropecuários			
	Número	%	Área (ha)	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não familiar	25.119	13	3.395.047	56

Total	193.663	100	6.040.134	100
-------	---------	-----	-----------	-----

Fonte: CEPA, apud IBGE 2010, p.28

Desse fato surge a grande utilização das linhas de financiamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O programa surgiu em 1996, “numa época em que o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares”. (CEPA, 2006,p.13).

As linhas de crédito do Pronaf são disponibilizadas para agricultores que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que é um instrumento de identificação com dados do produtor que possibilita o mesmo a acessar o Pronaf. Para obter a DAP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário informa que “o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, munido de CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo)” (2011).

A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006), em seu artigo 3º determina que seja considerado “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O fato da agricultura de Santa Catarina ser formada em sua maioria por pequenas propriedades fez com que o Estado fosse o “terceiro na captação de recursos do Pronaf, atrás do Rio Grande do Sul e Paraná, ocupando este lugar no ranking de 2000 a 2006”. (CEPA, 2006, p.4). Por isso, no próximo item analisaremos o crédito rural e a relação com a agricultura familiar em Santa Catarina.

4.4 O CREDITO RURAL EM SANTA CATARINA E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR

Todo ano o governo federal lança o Plano Safra onde contém as normas referentes ao crédito rural, que a cada ano vem recebendo valores cada vez mais expressivos. De acordo com CEPA (2010, p. 281) a análise dos dados do período 2000 a 2009 mostra que a agricultura brasileira vem recebendo aportes cada vez mais significativos. Em 2009 foram 2,5 milhões de contratos e R\$75,2 bilhões de reais, significando crescimentos de 86% e 446%, respectivamente, em relação ao ano 2000.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. Segundo Landim (2010) “o Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo”. E ainda afirma que “na última década, o País já havia deixado para trás Austrália e China. Hoje, apenas Estados Unidos e União Europeia vendem mais alimentos no planeta que os agricultores e pecuaristas brasileiros”.

O Estado de Santa Catarina reflete a realidade do país ocorrendo um significativo crescimento no aporte de crédito, mesmo que em percentuais menores. Em 2009 foram 231 mil contratos e mais de 5,5 bilhões de reais, o que significa crescimentos de 46% e 387%, respectivamente, em relação a 2000 (CEPA, p. 282).

Já em relação a Agricultura Familiar, segundo CEPA “Até início da década de 90, não havia política pública de abrangência nacional e tampouco recursos federais específicos que fossem direcionados ao atendimento dos agricultores Familiares” (CEPA, 2006, p.04). O agricultor era enquadrado no Manual de Crédito Rural como mini-produtor (CEPA, 2006, p.4).

Conforme CEPA o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - foi instituído através do Decreto Presidencial 1942 de 28 de julho de 1996, e marcou um “momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil, ao mesmo tempo em que legitima uma nova categoria social [...] que era marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola vigente até então” (CEPA, 2006, p.4).

O Pronaf, “formalizou, de 1996 a 2006, mais de 1 (um) milhão de contratos, nos quais foram aplicados cerca de 3,5 bilhões de reais para o financiamento produção agropecuária” (CEPA, 2006, p.4/5).

Atualmente, em Santa Catarina, conforme podemos observar na Tabela 04 números expressivos foram destinados ao financiamento da agricultura familiar no ano de 2010.

Tabela 04 – Quantidade de contratos e valores destinados a agricultura familiar em Santa Catarina

Fontes de recursos	Agrícola			
	Custeio		Investimento	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor
FAT	1.309	13.064.098,54	446	23.265.240,17
MCR 6.2	12.768	228.479.708,75	2.440	57.806.713,09
P.RURAL	59.714	473.222.823,05	13.076	346.696.308,91
RPL	1	3.000,00	0	0,00
RTN	160	507.792,83	761	4.674.741,14
TOTAL	73.952	715.277.423,17	16.723	432.443.003,31

Fonte: BCB, 2011.

Entretanto, ainda é baixo o número de estabelecimentos familiares que conseguiram financiamento da produção. Conforme CEPA, “os estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento da produção (64.692) representavam apenas 38% dos 168.544 estabelecimentos familiares e 33% dos 193.663 estabelecimentos do Estado” (2010, p. 33).

Ainda o CEPA afirma que “verifica-se que a grande maioria dos agricultores (familiares ou não) que fizeram financiamento utilizou o crédito de custeio, sendo ínfima a quantidade de agricultores que utilizou a modalidade de investimento” (2010, p. 33).

Segundo o CEPA esses dados devem ser analisados visto que “um baixo nível de investimentos poderá comprometer a produtividade da agricultura familiar num curto período de tempo” (2010, p.33).

Conforme observamos no início deste trabalho, para o agricultor ter retorno financeiro de sua produção é necessária alta produtividade em pequeno espaço, minimizando o máximo possível riscos climáticos e de preço. Para tanto é imprescindível investimento em tecnologia e insumos de qualidade.

4.5 O CRÉDITO RURAL COMO FACILITADOR DE PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE ADVINDO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Disponibilizar à humanidade o direito a uma vida digna, com saúde, alimentação e educação, incentivar a permanência no campo opondo-se ao êxodo rural, desenvolver

atividades economicamente viável sem prejudicar as sociedades futuras, todas estas são questões muito discutidas atualmente por toda a sociedade, incluindo empresas, instituições e associações. Contudo as respostas para estes questionamentos não são muito simples, principalmente em uma sociedade consumista como estamos vivendo. O consumo de recursos naturais nos dias de hoje é muito maior do que o Planeta Terra pode repor.

Toda a humanidade precisa ter atitudes ambientalmente corretas e socialmente justas. No entanto as empresas e instituições precisam considerar de forma especial estas questões, principalmente porque concentram grande parte do poder econômico e das origens de iniciativas para o progresso de uma sociedade sustentável.

Em relação as instituições financeiras as praticas sócio-ambientais podem ser divididas em dois segmentos conforme Lins e Wajnberg (2007, p.15): (i) finanças sustentáveis, que englobam práticas relacionadas a novos produtos e às atividades fins do negócio, e (ii) gestão, que é composta por práticas de gestão que não estão diretamente relacionadas às atividades geradoras de receitas das empresas financeiras.

Em relação à gestão com responsabilidade socioambiental observamos que atualmente uma empresa ou instituição que tenha uma gestão com essas características não é um diferencial, mas quase uma exigência do mercado. Os bancos, por exemplo, podem dispensar especial atenção para o uso consciente de papel.

No caso dos bancos, esta questão ganha relevância principalmente no que diz respeito ao consumo de papel, por ser uma atividade que possui um alto consumo deste produto, considerando as necessidades de envio constante de correspondências bancárias (tais como extratos, contas de cartão de crédito, saldos de investimento e materiais promocionais), preenchimentos de formulários, impressão de relatórios e outras atividades (LINS E WAJNBERG, 2007 p.29).

Já em relação às atividades afins da instituição financeira estas estão buscando desenvolver linhas de crédito, produtos, serviços e programas voltados para a responsabilidade socioambiental. Lins e Wajnber (2007) afirmam que ao inserirem a avaliação de riscos socioambientais na decisão de concessão do crédito, as instituições financeiras diminuem o risco de crédito e a inadimplência de sua carteira de clientes, além de assegurar que o valor das garantias dadas pelos mesmos não se altere consideravelmente.

Na visão de Zavala (2011), as instituições financeiras têm uma grande importância para estimular negócios sustentáveis. Segundo estes autores, na busca por negócios mais sustentáveis, as instituições financeiras aparecem na linha de frente para acelerar as transformações do setor privado. A lógica é simples: se elas detêm o poder de conceder

créditos poderiam, de alguma forma, vincular a liberação dos recursos a indicadores de responsabilidade socioambiental das empresas solicitantes.

Dessa forma, são de grande relevância os projetos de sustentabilidade desenvolvidos pelas instituições financeiras, principalmente em relação ao fornecimento de crédito, pois a distribuição de crédito de forma eficiente pode ser o impulso necessário para o desenvolvimento sustentável de comunidades, com conseqüente geração de renda, empregos, melhoria na qualidade de vida dos envolvidos e desenvolvimento da economia local.

4.6 O PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável pertence a uma instituição financeira federal e se propõe a impulsionar o desenvolvimento regional sustentável [...] por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, apoiando atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural (Instituição Financeira Estudada 2011).

Dentro dos objetivos do programa estão:

- Otimizar a participação da instituição financeira em soluções que visam impulsionar o desenvolvimento sustentável do país, de forma orquestrada com diversos parceiros e considerando as diferentes potencialidades regionais;
- Estruturar cadeias produtivas, com visão de cadeia de valor, apoiando a formação de redes de colaboração e fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, os capitais humanos, produtivos e sociais, e disseminando a cultura empreendedora;
- Promover a inclusão social por meio da geração de trabalho, melhoria de renda e inserção das pessoas no mercado de trabalho;
- Democratizar o acesso ao crédito, fortalecer atividades produtivas rurais, notadamente a agricultura familiar e fortalecer atividades produtivas urbanas. (Instituição Financeira Estudada 2011).

Segundo Labidi (2011) o Programa de Sustentabilidade rural deve ser desenvolvido através da cooperação dos agentes sociais locais, incorporando os itens econômico, social e ambiental. Ainda o autor, afirma que a atividade do Programa de Sustentabilidade deve “satisfazer as necessidades da geração atual, mas sem comprometer a capacidade das gerações

futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Isto passa pelo uso razoável dos recursos disponíveis”.

É importante frisar que para a instituição financeira que impulsiona o programa de Sustentabilidade Rural o público alvo são “pessoas físicas e jurídicas envolvidas em atividades produtivas, qualquer que seja o nível de organização em que se encontrem”. Assim, no caso dos produtores rurais a escolha da atividade desenvolvida por eles para apoio pelo Programa de Sustentabilidade Rural independe deles já terem uma organização, pois é no próprio programa que poderá ser desenvolvidos todas as conexões dos agentes.

Constata-se que o propósito do Programa de Sustentabilidade Rural é estimular

“os atores sociais a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar e monitorar as ações planejadas e pela avaliação de todo o processo” (Instituição Financeira Estudada 2011).

Conforme observa-se na tabela abaixo o programa de sustentabilidade possui números muito expressivos. Atualmente há quatro mil e oitenta e oito projetos em implantação no Brasil sendo abrangidos quatro mil e vinte municípios e um milhão, quatrocentos e oito mil e cento e vinte e três famílias.

Tabela 05 – Abrangência dos programas de sustentabilidade rural

Total de Planos de Negócios DRS em implementação	4.088
Diagnósticos e Planos de Negócios DRS elaboração:	976
Municípios abrangidos	4.020
Funcionários da Instituição Financeira estudada treinados em DRS no País	16.265
Dependências da instituição financeira estudada habilitadas no País	3.997
Total de famílias atendidas	1.408.123
Total de recursos programados	R\$ 9.318.636.356,44

Fonte: Instituição Financeira Estudada 2011

No estado de Santa Catarina, o programa de sustentabilidade rural abrange trinta e oito mil, novecentos e noventa e cinco famílias em duzentos e onze municípios:

Tabela 06: Abrangência dos programas de Sustentabilidade Rural no estado de Santa Catarina

Planos de Negócios DRS em implementação	171
Quantidade de famílias atendidas	38.995
Volume de recursos programados	R\$ 256.601.672,95
Quantidade de municípios abrangidos pelo DRS	211
Quantidade de Diagnósticos e Planos de Negócios DRS em elaboração	101
Quantidade de dependências da instituição financeira impulsionadora do programa habilitadas no estado	190

Fonte: Instituição Financeira Estudada 2011

Ressalta-se que o propósito do programa de Sustentabilidade Rural é mobilizar os agentes sociais da região para apoiar a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. Entretanto, é de se notar que o valor de recursos programados para o programa de Sustentabilidade Rural desse estado é mais que 35% do valor destinado para custeio (R\$715.277.423,17). Dessa forma, percebe-se o estado de Santa Catarina sofre muita influência do crédito agrícola, em especial a Agricultura Familiar que é predominante no Estado.

Desenvolver uma atividade de forma economicamente viável preservando o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida dos envolvidos inclui disponibilizar recursos financeiros que possibilitem os investimentos necessários e o custeio do desenvolvimento da atividade, e nesse momento depara-se com o crédito rural para as atividades da agricultura familiar. Devido essa necessidade de crédito a instituição financeira que desenvolveu o programa de Sustentabilidade Rural lançou também a linha de crédito “Microcrédito DRS” que “é direcionada para pessoas físicas beneficiárias da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS e que atuem em empreendimentos rurais ou urbanos de pequeno porte, inclusive informalmente. As garantias são dispensadas e a liberação do empréstimo ocorre em conta corrente” (Instituição Financeira Estudada 2011).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista e revisão teórica desenvolvida, seguem os procedimentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa detalhando as etapas de coleta e análise de dados, de modo a satisfazer seus objetivos.

5.1 NATUREZA DA PESQUISA, TIPO E MÉTODO DE ABORDAGEM

Utilizar-se-á a abordagem qualitativa com “o objetivo de interpretar e dar significados aos fenômenos utilizados” (REIS, 2008, p. 57). A pesquisa qualitativa tem por características, segundo Moreira (p. 57, 2004) o foco na interpretação que os participantes têm da situação em estudo, ênfase na subjetividade, flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa, orientação para o processo e não para o resultado, preocupação com a experiência dos participantes relacionada à situação pesquisada e influencia do pesquisador sobre a pesquisa e desta sobre o pesquisador.

Para Vieira (p.17, 2006) a pesquisa qualitativa caracteriza-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise de dados, analisando os dados de forma subjetiva e flexiva, preocupando-se com o processo de coleta do que apenas com estatística. Nesta pesquisa a abordagem qualitativa tem “o objetivo de interpretar e dar significados aos fenômenos utilizados” (REIS, 2008, p. 57).

Quanto ao tipo esta pesquisa pode ser considerada como exploratória e explicativa posto que inicialmente realiza-se análise bibliográfica de dados secundários a respeito do tema pesquisado e após busca identificar e explicar o fenômeno estudado. Segundo Cooper (2001, p.74): “Uma exploração começa normalmente com a busca de dados publicados”. Acrescentando, temos a afirmação de Rampazzo (2005, p.53): “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc.)”. E ainda, continuando: “Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa” (RAMPAZZO, 2005, pg. 53). Já em relação à pesquisa explicativa, autores como REIS (2008) coloca que esta técnica de pesquisa tem como objetivo identificar os fatores que contribuem para que os fenômenos ocorram.

Posteriormente, através de um estudo de caso, buscou-se a proximidade com o fenômeno estudado, neste caso, o programa de sustentabilidade rural desenvolvido pela agência de uma instituição financeira do município de Monte Castelo –SC.

5.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS E ATORES ENVOLVIDOS

Para a análise da importância do projeto na região aplicou-se entrevistas semi-estruturadas com especialistas de instituições parceiras do projeto e produtores rurais beneficiados com o programa. Desta forma, foram entrevistados representantes de instituições como: da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, da Cooperativa dos fruticultores do Planalto Norte Catarinense - COOPERPOMARES –, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo, da Agência da Instituição Bancária que estimulou a implantação do programa no Município e produtores rurais, de forma a corroborar com os dados secundários da pesquisa exploratória.

Para os instrumentos utilizados na coleta dos dados, foram construídos dois diferentes versões, pelo fato de ter sido buscado nesta pesquisa, a percepção dos especialistas e dos produtores integrantes do projeto. As entrevistas foram realizadas presenciais e via telefone e posteriormente transcritas.

Dessa forma, o primeiro instrumento (APÊNDICE A) foi aplicado na entrevista com os parceiros do programa, contendo questões que abordavam a percepção quanto ao panorama da região antes da implantação do programa; a escolha da atividade, a estruturação e implementação do programa de Desenvolvimento Sustentabilidade Rural; a situação econômica e social da região objeto do estudo atualmente e a influência do crédito rural no programa Sustentabilidade Rural.

O segundo instrumento (APÊNDICE B) foi utilizado nas entrevistas realizadas com os produtores rurais beneficiários do programa Sustentabilidade Rural e tratam de questões sobre a existência de mudança da situação econômico-social do beneficiário, as perspectivas sobre o futuro da atividade objeto do Programa de Sustentabilidade Rural e a influência que o crédito rural tem sobre esta.

Para tanto foram aplicadas entrevistas com quatro representantes de instituições parceiras e com nove produtores agrícolas ligados ao projeto. Portanto os entrevistados dividem-se em dois grupos: os especialistas ou parceiros e os produtores ou beneficiários. Os especialistas ou parceiros referem-se aos agentes sociais envolvidos com o programa de Sustentabilidade Rural – com a atividade de fruticultura, estimulado por uma agência bancária

de determinada instituição financeira localizada no município de Monte Castelo- SC. Os beneficiários são agricultores familiares incluídos no referido programa proprietários de pequenos pomares de maçã todos possuidores de DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf.

O grupo de parceiros compreendeu quatro entrevistados que fazem parte do programa desde a implementação inicial com a escolha da atividade beneficiada. São eles:

PARCEIRO 1: extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – EPAGRI – ligado diretamente ao projeto através da prestação de Assistência Técnica aos beneficiários e à Cooperativa.

PARCEIRO 2: presidente da Cooperativa dos fruticultores do Planalto Norte Catarinense - COOPERPOMARES – na qual quase a totalidade dos beneficiários do programa são cooperados. É através dela que ocorre a organização dos produtores e a comercialização da produção. PARCEIRO 3: presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Castelo, do qual muitos beneficiários são associados.

PARCEIRO 4: gerente da agência bancária situada no município de Monte Castelo da instituição financeira que estimulou a implantação do programa.

O segundo grupo de entrevistados corresponde aos beneficiários do programa de Sustentabilidade Rural. No momento da implantação do Programa havia 32 (trinta e dois) beneficiados, atualmente estão inscritos no programa 214 (duzentos e quatorze) produtores de maçã do Planalto Norte Catarinense. Tais beneficiários serão todos codificados por letras conforme o quadro:

Tabela 07 – Identificação dos beneficiários entrevistados

Codificação	Beneficiário	Área total de produção em hectare (própria ou arrendada)	Área de Pomar hectare
Beneficiário A	Alice Grein Bueno	24,42	2,75
Beneficiário B	Estanislau Greschuk	31,39	1,00
Beneficiário C	Grasiane Bueno de Castilho	2,50	1,50
Beneficiário D	Luis Carlos Duffeck	95,50	4,00
Beneficiário E	Marcio Pechibilski	3,00	2,80
Beneficiário F	Marcos Pechibilski	12,50	3,00
Beneficiário G	Patrícia Fátima Firmo da Cruz de Lima	6,15	1,00
Beneficiário H	Tereza Arendachuk Savisnki	11,51	2,00
Beneficiário I	Pedro Bueno Castilho	30,53	2,10

Após realização das entrevistas foi realizada uma análise do conteúdo norteadas pela questão de pesquisa e objetivos do presente estudo, com respaldo do referencial bibliográfico desenvolvido, bem como, a percepção da pesquisadora sobre o caso investigado.

6 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

A seção da análise dos resultados busca atender aos objetivos propostos pelo trabalho analisando a importância do crédito rural para a implementação de um programa de sustentabilidade rural no município de Monte Castelo em Santa Catarina.

Para tanto, primeiramente se dará a caracterização do município onde se está desenvolvendo o programa, e também como era a situação econômica deste município antes da implantação do programa, utilizando-se da percepção dos beneficiários e parceiros do programa e eventual material bibliográfico referente ao tema.

Posteriormente analisar-se-á a influência que o crédito rural tem sobre os beneficiários do programa sob a percepção de parceiros e dos próprios beneficiários.

6.1 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

O objetivo deste item é apresentar a situação anterior do município e como ocorreu a implantação do programa, a concessão do crédito rural para o programa e os efeitos do programa para os produtores beneficiados. As fontes utilizadas para tal análise foram a percepção de parceiros e beneficiários do programa e eventuais materiais bibliográficos referentes ao tema. Como já apresentado no método, os parceiros e beneficiários foram codificados por letras na descrição das entrevistas.

O município de Monte Castelo, está localizado no Planalto Norte do Estado, distando cerca de 188km de Curitiba/PR e 200km de Joinville/SC. Com aproximadamente 8.346 habitantes segundo censo IBGE 2010, em 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Monte Castelo era de 0,737, que segundo classificação do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento significa que o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano – IDH entre 0,5 e 0,8 (PNUD 2011). A colonização do município predominante é a polonesa, italiana, alemã e japonesa.

Antes da implantação do Programa de Sustentabilidade Rural no município, a atividade econômica, predominantemente agrícola, eram o cultivo do fumo, milho, feijão, predominantes em propriedades familiares e o cultivo da soja em propriedades de maior extensão, contudo, esses produtores representavam uma pequena quantidade de agricultores,

pois a maioria dos produtores do município possuem pequenas áreas de terra. As afirmações a seguir relatadas corroboram com essa afirmação:

“As culturas que predominavam na comunidade antes do Programa de Sustentabilidade Rural eram a fumicultura, o milho, o feijão e a soja, sendo que esta última era apenas para os agricultores com maiores áreas de terra, que são em média 10% dos produtores do município, pois os demais são todos pequenos produtores (PARCEIRO C).”

“Antes do Programa de Sustentabilidade Rural predominava o cultivo do fumo. Alguns produtores plantavam milho e feijão, muitas vezes para consumo próprio, o feijão para consumo da família e o milho usado para alimentação de bovinos. Havia também o cultivo da soja, mas geralmente pelos grandes produtores, se são pouco no município (PARCEIRO E).”

Contudo, os pequenos produtores rurais apresentavam dificuldade financeira para se manter na propriedade com as culturas até então exploradas. Essa dificuldade é relatada pela maioria dos beneficiários, observe-se a afirmação da beneficiária A:

“A situação econômica antes do Programa de Sustentabilidade Rural era complicada porque possuíamos pouca área de terra para plantar e não possuíamos nenhum maquinário. Precisávamos contratar máquinas para plantar e colher o que encarecia o custo da lavoura e com o valor que sobrava conseguíamos apenas sobreviver em condições razoáveis, sem, entretanto, conseguir adquirir maquinário para o cultivo das lavouras e qualquer outro patrimônio”. (BENEFICIÁRIA A).

O Beneficiário B relatou que as atividades desenvolvidas na pequena propriedade não eram suficientes para a manutenção familiar:

“Antes de ingressar no Programa de Sustentabilidade Rural cultivávamos feijão, mel, produzíamos leite e criávamos algumas cabeças de gado. Entretanto, mesmo com todas essas atividades voltadas para a agricultura a situação econômica era muito difícil. O dinheiro dava apenas para sobreviver, não conseguíamos investir em nada. E para complementar a renda da agricultura minha esposa trabalhava como doméstica e eu como auxiliar de pedreiro, pois só a agricultura não era suficiente para a manutenção familiar” (BENEFICIÁRIO B).

Principalmente para os produtores beneficiários com pequenas áreas de terra para cultivo e com ausência de maquinário relatou-se haver uma dificuldade ainda maior, com lucro operacional bastante pequeno.

A partir das dificuldades relatadas os produtores rurais e parceiros ligados diretamente a estes sentiram necessidade de encontrar uma atividade que fosse de encontro com a vocação local, respeitasse o meio ambiente e possibilitasse uma melhora na renda da população da região abrangida.

6.2 A ESCOLHA DA ATIVIDADE E A ESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Nesta seção será analisada a escolha da atividade objeto da estratégia do Programa de Sustentabilidade Rural, a estruturação e a implementação do programa com o ingresso de parceiros e beneficiários.

A primeira etapa da estratégia de Programa de Sustentabilidade Rural foi a reunião dos diversos agentes sociais da região para a escolha da atividade produtiva. Essa escolha contou com a participação dos agentes sociais da comunidade local. A instituição financeira que fomentou a implantação do programa na região afirma que a escolha deve considerar a vocação local e os princípios do Programa de Sustentabilidade Rural, que são citados na tabela 08 a seguir:

Tabela 08: Princípios para a escolha da atividade do Programa de Sustentabilidade Rural

- A viabilidade econômica
- As condições para aumento da produção ou produtividade;
- A existência de mercado capaz de absorver novos produtos ou maior volume de produção;
- A capacidade dos agentes em utilizar novas tecnologias e agregar valor aos produtos;
- O potencial da atividade para geração de trabalho e renda.

Fonte: Instituição Financeira Estudada, 2011

Na escolha da atividade a ser beneficiada é importante o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo de implantação do programa, dado que segundo a instituição coordenadora:

“A visão territorial deve orientar o estudo de potencialidades da região para que o grupo possa identificar, entre as cadeias produtivas existentes, as atividades que mais careçam do apoio e apresentem as condições favoráveis à implementação da Estratégia.

A escolha deve privilegiar a vocação da região e os saberes locais para que o desenvolvimento seja construído a partir da realidade do território.

A introdução de novas atividades pode ocorrer desde que configurem oportunidade concreta de desenvolvimento, observados os pressupostos do Programa de Sustentabilidade Rural, e guardem identidade com o local e com as pessoas ali estabelecidas (Instituição Financeira Estudada 2011)”.

Conforme constatamos junto aos parceiros do Programa de Sustentabilidade Rural a etapa da escolha da atividade foi relativamente fácil, pois desde o início todos os agentes envolvidos acreditavam que a melhor atividade seria a fruticultura que já estava sendo iniciada na região. O parceiro C afirma que:

A escolha da atividade foi fácil, não teve grandes discussões pois não havia outras opções fortes. Até chegou a se cogitar as atividades de bovinocultura e da erva mate, mas a fruticultura venceu. Todos os envolvidos entendiam que deveria ser algo voltado para a fruticultura, principalmente porque naquele momento estava se desenvolvendo uma nova variedade de maçã, a Castel Gala, específica para o clima da região.. (PARCEIRO C).

A atividade de fruticultura na região iniciou-se alguns anos antes da implantação do programa, em 1998, sendo seu entusiasta o agrônomo Jânio Seccon:

Em 1998, o engenheiro agrônomo Jânio Seccon [...] foi o primeiro a acreditar que dava para plantar maçã na região, apesar do clima mais quente que em Fraiburgo, o centro estadual da fruta. Bastava trabalhar com variedades que exigissem menos frio. (DÖHLER, 2011)

Este mesmo agrônomo, em 1999, enquanto observava seu pomar acreditou que poderia ser desenvolvido uma cultivar de macieira que saísse da dormência mais cedo que as demais espécies (HOLZ, 2005, p. 22). A partir disso, foram realizados estudos e parcerias, até que obtivesse o registro da nova variedade: CASTEL GALLA. O grande diferencial dessa variedade em relação as demais é o período de dormência que é em torno de trinta dias antes, ou seja, a colheita da maçã dessa variedade na região de Monte Castelo ocorre cerca de um mês antes das demais regiões produtoras de maçã de Santa Catarina, esse é um período de entressafra que favorece a comercialização da fruta. Com a comprovação da permanência das características da mutação e o registro da cultivar no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA - iniciou-se a produção de mudas.

O fato da colheita da maçã na região ocorrer antes das demais regiões produtoras do Estado concede uma vantagem competitiva na comercialização do fruto, que foi considerada no momento da escolha. O PARCEIRO B afirma que

“o fato de a colheita ocorrer quase um mês antes que das principais regiões produtoras da fruta no Estado facilita a comercialização. Além de que o cultivo de frutas pode gerar benefícios sociais e econômicos, preservando os ecossistemas existentes, gerando renda, melhorando a qualidade de vida e diminuindo o êxodo rural” (PARCEIRO B).

Por todos estes motivos, o cultivo da maçã foi escolhido como a atividade do Programa de Sustentabilidade Rural, e em 2006 foi constituída a Equipe de Trabalho composta pela instituição financeira propulsora do programa, a Prefeitura Municipal de Monte Castelo, o Sindicato dos Trabalhadores de Monte Castelo, o Sindicato Rural de Monte Castelo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EPAGRI - e a Cooperativa dos fruticultores do planalto Norte Catarinense – COOPERPOMARES - que deram início às

atividades para implantação ao projeto de Sustentabilidade Rural da fruticultura, sendo no início, conforme informação do PARCEIRO A, apenas trinta e dois beneficiados cadastrados.

6.3 A INFLUENCIA DO CRÉDITO RURAL NO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL

O cultivo da maçã caracteriza por exigir mão-de-obra e capital intenso, ou seja, o pomar exige grande dedicação para a manutenção da qualidade das árvores e um alto valor financeiro para o custeio destes tratamentos. Conforme já relatado pelo PARCEIRO B os produtores de Monte Castelo e região utilizam o sistema de Produção Integrado de Maçã (PIM), este sistema não traz grande diferenciação no valor do custo de produção, entretanto, tendo em vista que o referido sistema “privilegia a preservação da biodiversidade” (SANHUEZA, 2003) acredita-se que a produção terá preço diferenciado. Esta expectativa é corroborada por Sanhueza (2003) ao colocar que a adoção de sistemas de produção integrada, especificamente da maçã, irá contribuir para um maior acesso aos mercados consumidores e, em determinadas condições, a um aumento na rentabilidade da atividade”.

Ocorre que, tanto no método tradicional quanto no sistema PIM o custo de produção é elevado. Conforme o PARCEIRO C informou o custo de produção é em torno de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) por hectare enquanto que o feijão é em média de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais) e o milho de R\$2.000,00 (dois mil reais). Assim o crédito rural torna-se imprescindível para o cultivo da fruta:

O crédito rural é fundamental para a fruticultura porque os custos para a produção são altos e quase todos os produtores dependem totalmente do crédito para o custeio e também para a implantação do pomar. Sem esse crédito muitos beneficiários não conseguiriam nem implantar o pomar devido ao alto custo. (PARCEIRO C).

Todos os beneficiários entrevistados relataram a importância do crédito rural para o desenvolvimento da atividade. A BENEFICIÁRIA C afirmou que “o crédito rural é essencial para a fruticultura”. Corroborando tem-se o depoimento da BENEFICIÁRIA A sobre a importância do crédito rural

“O crédito rural é imprescindível para a cultura, sem o crédito ficaria complicado manter a cultura porque o custo de produção da maçã é alto. As empresas até vendem insumos e fertilizantes com prazo de pagamento para a safra, mas cobram altos juros por esse prazo”. (BENEFICIÁRIA A).

O BENEFICIÁRIO F corrobora com as informações da Beneficiária A quando relata que a diferença de juro do crédito rural para as empresas que comercializam insumos e fertilizantes para pagamento após a colheita é alta.

“O crédito agrícola é muito importante porque o valor gasto pra produção da maçã é alto. As empresas que comercializam os produtos até vendem com prazo de pagamento pra safra, entretanto o preço dos insumos a prazo é bem mais alto que quando comprado a vista” (BENEFICIÁRIO F).

Na implantação do pomar, que envolve principalmente o preparo da terra, aquisição de mudas e mão-de-obra, também tem um alto custo.

“O pomar requer grandes investimentos no momento da implantação. Os custos envolvem o valor da terra e seu preparo, mudas, insumos, equipamentos, infraestrutura e mão-de-obra, entre outras, fazendo com que esta atividade tenha um alto investimento inicial. Deve-se considerar o período de carência da espécie, a vida útil, o mercado e a produtividade do pomar. Com isso é possível realizar uma análise apurada da viabilidade técnica e econômica” (NACHTIGAL).

Segundo a PARCEIRA A o custo para implantação de um pomar de maçã está em torno de R\$20.000,00/ha (vinte mil reais por hectare) e para os pequenos produtores familiares implantar um pomar de maçã só é possível utilizando o crédito rural através da linha do Pronaf Investimento:

“O custo para implantar um pomar, envolvendo a preparação da terra, a compra das mudas, a mão-de-obra, está em torno de R\$20.000,00 (vinte mil reais) por hectare. É preciso considerar também que nos primeiros anos o pomar não terá grande produção, contudo, há necessidade de manter o tratamento recomendado para preservar a sanidade, e esse tratamento também tem um valor elevado” (PARCEIRA A).

O alto custo para implantação do pomar é aquilatado pelo fato do pomar ter baixa produtividade nos primeiros anos. Segundo Nachtigal “Normalmente, as plantas frutíferas só iniciam a produção a partir do segundo ano e alcançam ótimos rendimentos a partir do sexto e sétimo ano de produção”.

A BENEFICIÁRIA G relatou que sem o crédito rural não poderiam ter implantado o pomar:

“Sem o crédito rural não conseguiríamos nem implantar o pomar. O custo é alto e ainda tem o problema do pomar não produzir muito nos primeiros anos. Com o financiamento conseguimos o crédito pra implantar o pomar e ainda tivemos carência nos primeiros anos até que o Pomar começasse a produzir. Depois disso já

conseguimos comprar através de financiamento uma pulverizadora, uma carreta e um arado. E ainda, quando precisamos de pequenos investimentos, como, por exemplo, arrumar uma cerca, utilizamos o Microcrédito DRS que é menos burocrático” (PARCEIRA G).

Relata o PARCEIRO D que a dificuldade para a implantação do pomar pelos produtores ocorre pelo valor é elevado para implantação e a baixa produtividade nos primeiros anos.

Os produtores precisam investir um elevado valor para implantação mesmo que de pequenos pomares e ainda encontram a dificuldade para manter a sanidade desses pelos primeiros anos haja vista que a produtividade é baixa nesse período. (PARCEIRO D).

Ainda em relação a importância do crédito rural, o PARCEIRO C relatou que os projetos para a construção o *Parcking House* da Cooperpomares exigem contrapartida da Cooperativa. O valor dessa contrapartida poderá ser pleiteado através de financiamento em Instituição Financeira.

Conforme relato de todos os dos produtores de maçã, neste estudo denominados Beneficiários, sem o crédito rural não seria possível desenvolver a atividade devido ao elevado valor para implantação do pomar, a baixa produtividade nos primeiros anos, que é atenuada pela carência no financiamento de investimento para implantação e alto custo de produção.

6.4 A RELAÇÃO DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE COM AS QUESTÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONOMICAS

Segundo a PARCEIRA A, a escolha do cultivo da maçã para atividade a ser desenvolvida pela estratégia do Programa de Sustentabilidade Rural foi pautada principalmente pelo fato do cultivo preencher os seguintes itens:

- vantagem competitiva pelo fato da colheita na região de Monte Castelo ocorrer trinta dias antes que das demais regiões produtoras do Estado;
- não gerar impacto ambiental, podendo ser cultivada em pequenas áreas, não dependendo de desmatamentos e maior parte dos resíduos ser orgânicos, exceto as embalagens de agrotóxicos que são descartadas conforme recomendação da legislação vigente;
- perspectivas de aumento da renda dos pequenos produtores rurais;
- perspectiva de geração de empregos diretos e indiretos.

Dessa forma, buscou-se uma atividade capaz de possuir viabilidade econômica, condição para aumento de produção, que o mercado seria capaz de absorver toda a produção, os produtores teriam condições de utilizar novas tecnologias e agregar valor à produção. Desta forma, com o apoio dos agentes envolvidos os produtores poderiam ter a oportunidade de desenvolver uma atividade com vantagens competitivas frente aos demais de outras regiões dada a possibilidade de colheita antecipada.

O projeto cresceu, agricultores de outros municípios se interessaram na atividade de fruticultura em substituição ao cultivo do tabaco. Segundo o PARCEIRO B a Cooperativa dos fruticultores do Planalto Norte Catarinense – COOPERPOMARES - originou-se da Associação dos Fruticultores de Monte Castelo – SC. Os bons resultados obtidos pelos associados incentivou que agricultores de outros municípios também se interessassem pela fruticultura, com isso a Associação transformou-se em Cooperativa e expandiu a área de atuação para outros município do Planalto Norte Catarinense. Ainda segundo o PARCEIRO B Inicialmente possuía o nome de “Pomaris”, mas, através de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina teve a alteração do nome para “COOPERPOMARES”.

A maioria dos beneficiários entrevistados afirma que ingressaram na fruticultura como uma opção de renda ao cultivo do tabaco.

Decidimos tentar uma atividade diferente do fumo porque acreditamos que a venda do fumo vai ficar mais difícil nos próximos anos, inclusive neste ano já tivemos dificuldades de venda, as empresas só compraram o fumo de quem tinha financiado os insumos com elas, por isso precisamos de alternativa de renda (BENEFICIARIA G).

Conforme afirmação do PARCEIRO B, “o próprio governo vinha incentivando a troca do cultivo de fumo por outra atividade, e como já havia no município dois produtores que cultivavam maçã estavam contentes, acreditamos que seria uma boa opção”.

Para a decisão de ingresso na fruticultura, muitos produtores observaram por algumas safras o desempenho dos agricultores pioneiros na atividade, participaram de treinamentos denominados “dia de campo” que ocorrem na propriedade de produtores, em reuniões e palestras antes de implantar o pomar. O Beneficiário D afirmou que acompanhou por cinco anos outros produtores e achou que seria uma alternativa para o pequeno produtor melhorar sua renda. Da mesma forma outros beneficiários tomaram a decisão de implantar o pomar:

Resolvi implantar o pomar na esperança de melhorar a renda familiar. Acompanhamos alguns pomares e concluímos que seria uma boa alternativa para o pequeno produtor que não possui muita área disponível. Na medida do possível pretendemos ir aumentando a área de pomar (BENEFICIÁRIO B).

Ingressamos no cultivo da maçã na esperança de conseguir boa rentabilidade em uma área pequena. Participamos de um “Dia de Campo” e concluímos que seria uma boa alternativa (BENEFICIÁRIA A).

Com o desenvolver do programa outras instituições e entidades tornaram-se parceiras do Programa de Sustentabilidade Rural cada uma colaborando conforme sua especificação para o sucesso da atividade. Um exemplo disso foi a quantidade de cursos disponibilizados para os produtores, conforme relatam os parceiros:

“Antes somente a empresa de fumo disponibilizava cursos para os produtores, era quase uma venda casada, somente os produtores que adquiriam os produtos das empresas tinham acesso aos cursos. Além disso, algumas Cooperativas faziam “Dia de Campo” onde era repassado alguns conhecimentos para os produtores. Em compensação, quando iniciou-se a fruticultura houve bastante cursos de capacitação. Através de convênio com a UFSC a cada 45 dias havia capacitação como: Implantação de Pomar, Indicação Geográfica, doenças da maçã, entre vários outros”.(PARCEIRO C).

Os beneficiários também confirmaram a participação em diversos cursos, quase todos os beneficiários citaram já ter realizado curso de raleio, colheita e agrotóxico. Entretanto, conforme nota-se nos depoimentos, foram disponibilizados diversos cursos. Os beneficiários “A” e “B” citam alguns cursos que já realizaram:

“Já fiz vários cursos como o de administração rural, cooperativismo, meu marido fez curso para utilização de agrotóxico e máquina agrícola. Também fizemos o treinamento para colheita, que é muito importante para não perder o valor da fruta” (BENEFICIÁRIA A).

“Antes do Programa de Sustentabilidade Rural não tínhamos nem assistência técnica, plantávamos “por conta”. Agora possuímos a assistência da EPAGRI e também utilizamos a assistência contratada através da Cooperativa. Também realizamos vários cursos como o de colheita da maçã, de raleio, agrotóxico, maquinários entre outros” (BENEFICIÁRIO B)

Com base nestas declarações observa-se que há também o foco para agregar valor à produção, que é extremamente importante quando se fala em gerar renda na pequena propriedade haja vista que a melhora na renda nestes casos dar-se-á pela qualidade da produção e não pela quantidade produzida. O PARCEIRO C informou que sempre é repassada informações para os beneficiários de como agregar valor a produção e sobre a importância de manter a qualidade nos frutos produzidos:

“sempre ocorrem treinamentos quanto à importância da classificação correta da fruta quanto ao tamanho e cor, por exemplo. Outro importante item que agrega valor é a embalagem, pois hoje os frutos da Cooperativa local já são reconhecidos pelo mercado como de boa qualidade. (PARCEIRO C)

Já o parceiro B também relatou a preocupação com agregar valor aos frutos da produção, informando que dispensam muito cuidado com sanidade dos pomares, orientam os

produtores a conduzir os pomares de acordo com as Normas Técnicas do sistema de Produção Integrada de Maças – PIM, que são “um sistema de produção que racionalize a utilização dos agroquímicos e que estes sejam menos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana” (SANHUEZA, 2003).

“A maçã da COOPERPOMARES é bem vista no mercado pela qualidade da fruta. O marketing da fruta é muito bom. Para preservar isso temos bastante cuidado com a sanidade dos pomares, aplicando apenas produtos que sejam indicados pela PIM, de forma tempestiva e na intensidade. A classificação da fruta, que por enquanto é realizada no Packing House em Fraiburgo também recebe cuidados e acompanhamento de um engenheiro agrônomo contratado pela Cooperativa” (PARCEIRO B).

A aplicação tempestiva e correta dos tratamentos recomendados é importante para a qualidade da produção. Para isso os produtores contam com uma estação meteorológica implantada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que auxilia a determinar o momento correto de aplicação dos insumos.

“A estação meteorológica implantada pela UFSC auxiliam muito no tratamento dos pomares porque sabemos com eficiência qual a umidade do ar, quanto que choveu em determinada data, e se tratando de pomar essas informações são relevantes para determinar o correto tratamento” (PARCEIRO C).

Em relação a comercialização do produto todos os beneficiários informaram que realizam através da Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense – Cooperpomares. Contudo muitos lamentam a indisponibilidade de câmaras frias e *Parcking House* (unidade de classificação, padronização, embalagem e armazenamento de fruta) em Monte Castelo, que obriga os produtores a enviar as frutas para classificação em Fraiburgo onde a Cooperpomares aluga a estrutura para realizar tal procedimento. Segundo o PARCEIRO B os beneficiários gastam por safra cerca de R\$100.000,00 - cem mil reais - em aluguel do *Parcking House* e R\$300.000,00 - trezentos mil reais - em frete para transportar as frutas até Fraiburgo.

Para a construção do *Parcking House* no município de Monte Castelo o parceiro B informou que a Cooperpomares já possui o terreno e o escritório. A verba para construção do barracão e a aquisição da máquina classificadora está sendo pleiteada em um projeto apresentado ao Fundo Social – BNDES. Já para a aquisição das câmaras frias há um projeto através do programa do Governo de Santa Catarina SC Rural – Microbacia 3. O parceiro C relatou que ambos projetos já encontram-se adiantados e “as próximas safras já poderão ter procedimentos realizados na Cooperpomares”.

Os pomares já originam diversos empregos temporários nas épocas de raleio e colheita conforme afirmaram todos os parceiros entrevistados, entretanto, a construção do *Parcking House* no município de Monte Castelo certamente originará muitos outros empregos diretos e indiretos, desde a atividade de classificação e embalagem até o transporte das frutas do pomar até a Unidade Classificadora e após o transporte para os centros de compra e indiretamente todo o comércio local.

Além do mais, o PARCEIRO B relatou que diversas empresas já manifestaram formalmente interesse em instalar-se na região devido a produção da fruta, assim como a intenção da Cooperativa em implantar pequenas indústrias que utilizariam como matéria prima a maçã:

“Uma empresa que produz suco e outras bebidas de maçã já manifestou interesse formal em instalar-se na região devido a disponibilidade de matéria prima. Ainda, as frutas que são levadas até Fraiburgo e são classificadas como recomendável para indústria acabam virando prejuízo para o produtor, porque o valor pago pela indústria é mais baixo que o valor pago pelo frete. Também há a intenção que depois que a Unidade seja instalada implante-se pequenas indústrias de produtos oriundos da maçã como geléias e doces”. (PARCEIRO B).

A PARCEIRA A confirmou a informação que a referida empresa apresentou intenção de implantação da indústria de sucos:

A empresa enviou e-mail afirmando ter intenções para implantação de uma indústria de sucos na região já nos próximos anos, definindo um plano de ações para implantar uma estrutura industrial que gerará em torno de 150 (cento e cinquenta) empregos diretos e 4.000 (quatro mil) empregos indiretos. (PARCEIRA A).

Percebe-se, assim, que os agricultores envolvidos com a atividade, bem como os demais membros da cadeia produtiva, sentem os reflexos positivos como o desenvolvimento sustentável da região, a inclusão social e a conscientização ambiental.

6.5 PERCEPÇÕES FINAIS DOS BENEFICIÁRIOS

O cultivo de frutas de clima temperado pode contribuir para a preservação e manutenção dos ecossistemas existentes, geração de postos de trabalho e renda, melhoria na qualidade de vida e fixação do homem no campo. Contudo, por gerar, também, prejuízos aos produtores por frustração de safra ou lucros insatisfatórios para manutenção familiar. O sucesso ou insucesso da atividade está na capacitação dos produtores, incorporação de técnicas para o aumento da produtividade e a correta administração da propriedade rural.

Nas entrevistas com os beneficiários percebe-se a necessidade do comprometimento do produtor com a atividade de fruticultura. Conforme já relatado neste trabalho, a produtividade do pomar é baixa nos primeiros anos e o produtor precisa ter a programação de renda da familiar de outras atividades. Quando se iniciou a implantação dos pomares na região muitos produtores ingressaram na atividade movidos pela empolgação, mas logo no primeiro ou segundo ano frustraram-se com a atividade pela baixa produtividade. Conforme relatou o PARCEIRO B, esses produtores foram advertidos que a produtividade não seria total nos primeiros anos, entretanto, mesmo assim, houve desistências na atividade nos primeiros anos. A BENEFICIÁRIA A relata sua visão sobre a atitude destes produtores:

“Eu acredito muito que a fruticultura vai ajudar a melhorar nossa qualidade de vida, acho que teremos um bom retorno no futuro. Este ano arrendamos alguns pomares de vizinhos que tinham e não queriam mais manter-se na atividade. Acho que eles não refletiram bem no momento de tomar a decisão de implantar o pomar porque desistiram da atividade logo nos primeiros três anos alegando que não tinham lucro, apenas prejuízo, entretanto é sabido que o pomar só começa a produzir com uma quantidade boa do quarto ano em diante” (BENEFICIÁRIA A).

Em que pese algumas desistências da cultura, a maioria dos produtores acreditam na atividade e já colhem os primeiros “frutos”. A BENEFICIÁRIA C relatou que a “situação financeira já melhorou muito: conseguimos construir nossa casa, comprar nosso carro e vários implementos agrícolas”.

O beneficiário F informou que a atividade principal antes da fruticultura era - como a dos demais - a fumicultura, e afirma que desde que ingressou na fruticultura não conseguiu aumentar seu patrimônio, entretanto declarou que tem investido muito no pomar de maçã e que atualmente já possui 12 ha de pomar.

A situação financeira era melhor antes do ingresso na fruticultura, todos os bens que conquistamos foram antes. Tivemos problemas devido à frustração de safra da maçã devido a problemas climáticos. Além do mais, o pomar tem idades diferentes, e a produção boa só começa a partir do terceiro ano. Entretanto, estamos investindo bastante no pomar, já possuímos 12ha, por isso todo o valor financeiro que conseguimos com a maçã direcionamos para pagar o custeio e o investimento realizado para a implantação do pomar (BENEFICIÁRIO F).

Observamos nas declarações deste beneficiário que, em que pese a frustração de safra, este continua investindo no pomar, possuindo um dos maiores pomares da região, haja vista que a maioria dos demais beneficiários possuem pomares bem menores.

A declaração a seguir da BENEFICIÁRIA G também relata os riscos climáticos e a baixa produtividade nos primeiros anos, contudo, afirma que com a construção do *Parcking House* em Monte Castelo pretendem aumentar a área do pomar.

“Melhorou muito nossa renda, sobra uma boa reserva de dinheiro quando conseguimos uma boa produção. Só é complicado quando ocorre algum problema climático e nos três primeiros anos em que não há uma boa produção, Quando tiver

a Unidade de Classificação em Monte Castelo pretendemos aumentar o pomar” (BENEFICIÁRIA G).

A construção do *Parcking House* é algo muito do *Parcking House* ser em Fraiburgo dificulta para os produtores acompanhar a classificação de suas frutas devido a distância, pois o deslocamento teria um valor considerado alto pela beneficiária. Há ainda o contratempo da continuidade da safra, pois segundo o PARCEIRO C a fruta deve ser colhida e encaminhada para o *Parcking House* onde será levada para Câmara Fria para suspender a maturação. Por isso a produção não é levada toda de uma vez.

“A comercialização é realizada toda através da Cooperpomares da qual somos cooperados. Há a dificuldade da unidade classificadora ser em Fraiburgo, porque temos que pagar o frete e ainda não podemos acompanhar a classificação e venda porque o custo para ir até lá seria um pouco alto para nós. Além do mais a produção não vai toda de uma vez, conforme vamos colhendo vamos enviando. Seria melhor se tivesse a classificadora na cidade” (BENEFICIÁRIA G).

Para a BENEFICIÁRIA, C quando houve o *Parcking House* na cidade, além de não haver o gasto com o frete até Fraiburgo, possibilitará que o produtor acompanhe a classificação, a região terá o benefício da geração de diversos empregos.

“A comercialização da maçã é fácil, sempre tem comprador. O que dificulta é ainda não ter a Unidade de Classificação em Monte Castelo porque diminuiria o valor gasto para enviar as frutas para a classificação e ainda aumentaria os empregos no município (BENEFICIÁRIA C)”.

A visão dos beneficiários de que será melhor quando houver um *Parcking House* é acompanhada também pela opinião dos parceiros. A seguir, o PARCEIRO C relata como está ocorrendo a classificação, embalagem e venda das frutas e quais os benefícios se estes processos ocorressem em Monte Castelo:

“Há a problemática de a classificação ser em outro município distante. Quando a Cooperpomares tiver a estrutura para realizar a classificação da maçã em Monte Castelo vai diminuir consideravelmente o frete, que será apenas da localidade até a Cooperativa. Outro ponto positivo quanto tiver a estrutura da Cooperativa também vai possibilitar que o agricultor acompanhe a classificação de suas frutas. Em Fraiburgo o produtor não acompanha o processo de classificação e tendo uma estrutura em Monte Castelo vai favorecer este acompanhamento e motivar os produtores a classificar as frutas já na lavoura e os tratamentos com a mesma também serão incentivados.

Atualmente a classificação da maçã em Fraiburgo é acompanhada por um Agrônomo contratado pela Cooperativa, pois as maçãs são levadas para classificação gradativamente conforme a colheita vai ocorrendo e o produtor tem dificuldades para deixar o pomar durante a colheita. A distância da unidade de classificação também é um empecilho para o deslocamento”. (PARCEIRO C).

Para solucionar a questão do *Parcking House* a Cooperpomares encaminhou ao Fundo Social BNDES um Projeto pleiteando a máquina classificadora e a construção do barracão para recepção, classificação e embalagem das frutas. Segundo informação da PARCEIRA A o processo do projeto já está bem avançado sendo que acredita que “em breve teremos notícias

positivas” (PARCEIRA A). Em relação aos benefícios que a Unidade traria ao Programa de sustentabilidade rural a PARCEIRA A afirmou que:

“A estrutura de classificação da cooperativa vai viabilizar uma cadeia produtiva bem estruturada e totalmente gerenciada pela Cooperativa. Entre os benefícios que serão gerados pelo projeto estão a maior transparência em todo o processo de classificação, diminuição de custos, maior eficiência operacional da cooperativa, melhor qualidade dos serviços, geração de empregos diretos e indiretos na região, maior ganho financeiro, permanência dos filhos dos produtores no campo e fortalecimento de práticas de educação ambiental” (PARCEIRA A).

Além do projeto para o barracão e a máquina classificadora encaminhado para o Fundo Social BNDES, a Cooperativa dos fruticultores também possui um projeto que já está em processo avançado junto ao Governo do Estado de Santa Catarina através do Programa SC Rural – Microbacia 3 pleiteando as câmaras frias para o *Parcking House*. O PARCEIRO C afirma que este Programa tem como principal objetivo melhorar o acesso ao mercado da agricultura familiar, que vem de encontro com o programa de sustentabilidade rural. Ressalte-se aqui, que atualmente, conforme informação do PARCEIRO B, mais de 90% (noventa por cento) dos cooperados da Cooperpomares são agricultores familiares.

“O programa SC Rural Microbacia 3 apoia atividades voltadas à melhoria da competitividade da agricultura familiar, para isso os agricultores devem estar organizados em grupos, associações ou redes. É por isso que a Cooperpomares se engrada no programa: a maioria dos beneficiários são agricultores familiares que buscam uma nova atividade em substituição a fruticultura”. (PARCEIRO C).

Na visão dos beneficiários após a implantação do programa de sustentabilidade já houve melhoria na renda dos beneficiários e geração de emprego nos pomares decorrentes do raleio e colheita. Entretanto, todos demonstraram expectativa que com o *Parcking House* haja melhora na renda e geração de muitos outros empregos diretos e indiretos., com isso haveria melhora também para os outros setores da economia como serviços e comercio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização dos resultados neste trabalho buscou realizar uma contextualização geral das discussões em torno do programa de sustentabilidade rural - da atividade de fruticultura estimulado por uma agência de uma instituição financeira localizada no município de Monte Castelo – SC.

O programa de sustentabilidade rural é incentivado por uma instituição financeira e busca integrar vários agentes sociais da região focando seus potenciais para alcançar o desenvolvimento econômico e social da comunidade, geração de renda e melhoria na qualidade de vida, sem, entretanto, comprometer a disponibilidade de recursos naturais para as gerações futuras. O propósito do programa é apoiar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

A agência de uma instituição financeira localizada em Monte Castelo – SC estimulou a implantação do programa na região, sendo a atividade escolhida a fruticultura. e os beneficiários agricultores familiares.

Dessa forma, o trabalho teve como principal objetivo analisar a importância do crédito rural para a implementação desse programa de desenvolvimento sustentável.

Em se tratando de objetivos específicos buscou-se primeiramente identificar as motivações para implementação do programa na região localizada a agência da instituição financeira. Em um segundo momento, buscou-se identificar o papel que o crédito rural tem para o programa. E por fim, identificar a influência da implantação do programa de sustentabilidade rural no desenvolvimento econômico e social dos agricultores do Planalto Norte Catarinense.

Assim, diante da exposição dos resultados obtidos através das entrevistas com parceiros e beneficiários constatou-se que o programa de sustentabilidade rural da fruticultura originou-se da perspectiva de desenvolver nova opção de renda para o pequeno produtor rural do Planalto Norte Catarinense, principalmente como alternativa ao cultivo do fumo, de forma sustentável, ambientalmente correta, originando melhoria de vida aos beneficiários e demais envolvidos com o programa de forma direta e indireta.

A necessidade do crédito rural decorre do fato que os beneficiários são pequenos produtores rurais e o custo para implantação e o custeio da maça são elevados. Todos os beneficiários afirmaram que sem o crédito rural seria impossível implantar o pomar de maça pois nos primeiros anos o pomar tem produtividade menor, mas o custo para manutenção do

pomar é alto. Dessa forma, conforme narrativa dos beneficiários entrevistados a implantação do pomar só é possível com o crédito rural para investimento que disponibiliza carência para o produtor ajustar o cronograma de amortização juntamente com a produção do pomar. Há ainda a necessidade de adquirir máquinas e implementos agrícolas para auxiliar na atividade, que é possível através do crédito rural.

O crédito para custeio também foi citado como indispensável para o cultivo, pois o valor do custo de produção também é elevado. Algumas empresas que comercializam os insumos necessários para o cultivo disponibilizam aos agricultores a possibilidade de adquirir os produtos para pagamento na safra, entretanto, conforme os beneficiários relataram, essas empresas ou cobram altos juros ou diferenciam o preço dos insumos para pagamento a vista ou a prazo. Por isso, a importância do crédito rural no custeio da atividade, pois assim o agricultor tem a opção de adquirir os produtos com preços melhores e realizar o liquidação da operação após a colheita da maçã com taxa de juro atrativa, principalmente para o agricultor familiar através da linha do Pronaf.

A melhoria de renda dos produtores, segundo os beneficiários entrevistados já melhorou muito, entretanto, muitos acreditam que vai melhorar mais após a construção do *Parcking House* em Monte Castelo. Sobre a geração de emprego também houve unanimidade sobre o aumento de temporários na época da colheita e do raleio, mas, da mesma forma que a renda, muitos acreditam que o *Parcking House* em Monte Castelo gerará mais empregos, tanto pra classificação quanto na área de transporte, comercio, alimentação e alguns setores de serviço. Muitos beneficiários relataram a aquisição de casa própria e veículo adquirido com recursos oriundos dos pomares.

Com base nos relatos de todos os beneficiários entrevistados constata-se que há muitas dificuldades a serem superadas no cultivo da maçã na região do Planalto Norte Catarinense, principalmente por ser uma atividade nova nesta região, entretanto existe muitas expectativas positivas para esta cultura que já está disponibilizando muitos pontos positivos pois já melhorou a renda de beneficiários e está gerando empregos temporários para raleio e colheita. A construção do *Parcking House* idealizado por beneficiários e parceiros aproxima-se da realidade, conforme informação dos mesmos.

Assim, concluímos que a necessidade de credito rural tanto na linha de investimento-para implantação do pomar e aquisição de máquinas e implementos – quanto na linha do custeio é importante para o sucesso da atividade que é economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPLA. Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense. Disponível em:
<http://www.ampla.org.br/conteudo/?item=3781&fa=613&cd=9406>. Acesso em: 15/10/2011.

BCB – Banco Central do Brasil. Serviços ao cidadão – FAQ Crédito Rural. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALFAQ>. Acesso em 02/02/2011.

BCB - Banco Central do Brasil – Crédito Rural – 2010 – Pronaf. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2010/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2010>. Acesso em: 30/04/2011.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

BRITO 2011 – José Tadeu de Almeida Brito, In Advocacia Almeida Brito – Artigos.
Disponível em: http://www.advocaciaalmeidabrito.com.br/artigos_10.html. Acesso em:
02/02/2011.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de.; SILVA, César Roberto Leite. Taxa de Juro um problema real para a agricultura. In EMPRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Revista de Política Agrícola. Ano XVII – nº1 – 2008. Disponível em:
<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-de-2008/RPA%201%20-%202008.pdf>. Acesso em 02/02/2011.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Florianópolis - SC. 2010.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/aspectos/menu_sc.htm. Acesso em: 24/04/2011.

CEPA. Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Pronaf%20-%20Avaliacao%20e%20Pronaf.pdf>. Acesso em: 28/04/2011.

COOPER, Donald R., Pamela S. Schindler. Métodos de Pesquisa em Administração. 7 ed., Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2001.

DÖHLER. Revista Dohler. Disponível em: http://www.dohler.com.br/revistadohler13/cidadania_2.htm. Acesso em: 28/07/2011.

HOLZ, Celívio. Castel Gala, Nova cultivar precoce de macieira. Revista agropecuária catarinense, Florianópolis, v. 18, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em:28/07/2011.

Instituição Financeira Estudada — Outros sites. Sustentabilidade. Desenvolvimento Regional Sustentável. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8368,0,0,1,6.bb?codigoMenu=15244&codigoNoticia=28552&codigoRet=15306&bread=1> . Acesso em 10/10/2011.

Instituição Financeira Estudada. Mais públicos: Agronegócio. Serviços do Agronegócio.

Disponível em:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,8658,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=4195&codigoMenu=11721>. Acesso em 02/02/2011.

Instituição Financeira Estudada. Mais públicos: Agronegócio. Entenda o crédito rural.

Disponível em:

http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10804,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=1491&codigoMenu=11721&codigoRet=11783&bread=10_1. Acesso em 02/02/2011.

Instituição Financeira Estudada. Mais públicos: Agronegócio. Crédito Rural. Disponível em:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,8625,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=2226&codigoMenu=11720>. Acesso em: 10/02/2011.

Instituição Financeira Estudada –. O que é DRS. Disponível em:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8369,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=4570&codigoRet=3867&codigoMenu=14235>. Acesso em 13/09/2011.

Instituição Financeira Estudada –. Disponível em:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,138,5504,0,0,1,0.bb?codigoMenu=0&codigoNoticia=27219>. Acesso em: 1'5/10/2011.

LABIDI. Sofiane. Jornal Pequeno. Edições. 2011. Maio. Edição 23.666. JP Artigos.

Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2011/5/1/desenvolvimento-regional-sustentavel-154097.htm>. Acesso em: 10/10/2011.

LADIN. Raquel. Estadão. Notícias. Economia. 2010. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm>. Acesso em 20/02/2011.

LINS. Clarissa.:WAJNBERG, Daniel. Sustentabilidade Cooperativa no Sistema Financeiro Brasileiro. Rio de Janeiro.: Fundação Brasileira para desenvolvimento sustentável. 2007. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-243.pdf>. Acesso em 15/07/2011.

MCR. Manual de Crédito Rural.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em:18/02/2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária. Disponível em: em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em:18/02/2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em 24/04/2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>. Acesso em: 14/10/2011.

MONTEBELLO, Alessandra. Repensando Métodos Capitalistas – Commodities Agrícolas. In Gerenciamento Econômico. Disponível em:

<http://www.gerenciamentoeconomico.com.br/economia/repensando-metodos-capitalistas-commodities-agricolas>. Acesso em 02/02/2011.

MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa. Ed.1. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NACHTIGAL. Jair Costa; José Carlos Fachinello; Elio Kersten. Fruticultura – Fundamentos e Práticas. Disponível em:

http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/livro/fruticultura_fundamentos_pratica/3.1.htm. Acesso em: 18/10/2011.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz V. de Oliveira. Crédito Rural e trajetória individual na pequena propriedade rural. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/credito-rural-trajetoria-individual-pequena-propriedade-familiar>. Acesso em 12/09/2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 15/10/2011.

PORTUGAL, Alberto Duque. O Desafio da Agricultura Familiar. In: EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em:

<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em 18/02/2011.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica. Ed. 3. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

REIS, Linda G. Produção de monografia: da teoria a prática. Ed. 2. Brasília: SENAC – DF. 2008

SANHUEZA. Rosa Maria Valdebenito. Produção Integrada de Maças no Brasil. Disponível em:

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Maca/ProducaoIntegradaMaca/index.htm>. Acesso em: 15/10/2011.

VIEIRA. Marcelo Milano Falcão, Débora Moraes Zouain. Ed.: 2. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

WWF – BRASIL. World Wildlife Fund – Brasil. Disponível em:

http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/. Acesso em: 18/07/2011.

WWF – BRASIL. World Wildlife Fund – Brasil. Disponível em:

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/. Acesso em 10/10/2011.

ZAVALA, Rodrigo. Sustentabilidade Começa nas instituições financeiras. In: AgSolve.

Disponível em: <http://www.agsolve.com.br/noticia.php?cod=637>. Acesso em: 26/07/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS
PARCEIROS DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL DE MONTE
CASTELO.

NOME:

INSTITUIÇÃO:

CARGO:

1. Quais as culturas que predominavam na comunidade antes do Programa de sustentabilidade rural.
2. Como era a situação econômica da comunidade local.
3. Qual o motivo para a fruticultura ter sido escolhido para o programa de sustentabilidade rural.
4. Como era a assistência técnica para a cultura antes e como é agora.
5. Há cursos de capacitação.
- 6.
7. Há treinamento para agregar valor ao produto (qualidade, tamanho, cor).
8. Há reuniões do Programa de sustentabilidade rural/Cooperativa para acompanhar e discutir o andamento das ações planejadas.
9. Como é a comercialização do produto.
10. Dentro dos custos da propriedade o que representa o crédito do Programa de sustentabilidade rural.
11. Quais as implicações da falta desse crédito na propriedade.
12. Houve melhoria de renda. De que forma.
13. Em que o programa sustentabilidade rural está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.
14. Quais as ações que estão sendo realizadas para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários.
15. E quais as ações que se pretende desenvolver.
16. Qual a participação da sua entidade junto às comunidades e o Programa de sustentabilidade rural.
17. O que representa o Programa de sustentabilidade rural para sua entidade e para as comunidades envolvidas.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE RURAL DE MONTE
CASTELO

Dados gerais:

Nome:

Idade:

Tamanho da propriedade: 4

Numero de pessoas que moram na propriedade:

18. O que o programa de sustentabilidade rural significa.
19. Qual o cultivo que havia na propriedade antes do programa de .
20. Como era a situação econômica da família antes do programa.
21. Como era a situação econômica da comunidade local.
22. Qual o motivo para o ingresso no programa de sustentabilidade rural da fruticultura.
23. Como era a assistência técnica para a cultura antes e como é agora.
24. Há cursos de capacitação.
25. Recebeu treinamento para agregar valor ao produto (qualidade, tamanho, cor).
26. É cooperado
27. Participa das reuniões do Programa de sustentabilidade rural/Cooperativa para acompanhar e discutir o andamento das ações planejadas.
28. Como é a comercialização do produto (fácil, em conjunto, perspectivas).
29. Possui fácil acesso ao crédito. Se possui dificuldades quais são.
30. Dentro dos custos da propriedade o que representa o crédito do Programa de sustentabilidade rural.
31. Quais as implicações da falta desse crédito na propriedade.
32. Houve melhoria de renda.
33. Em que o programa de sustentabilidade rural está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.